

# PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA



Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA  
Secretaria de Defesa Agropecuária

# PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA



Missão do Mapa:  
Promover o desenvolvimento sustentável  
das cadeias produtivas agropecuárias,  
em benefício da sociedade brasileira

Brasília  
Mapa  
2026

## **Institucional**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO  
Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA  
Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR  
Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART  
Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA  
Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO  
Secretário de Desenvolvimento Rural

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN  
Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS  
Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

1ª edição. 2026

Elaboração, distribuição, informações:  
Ministério da Agricultura e Pecuária  
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Departamento de Planejamento e Estratégia do SUASA - DEPES  
Coordenação Geral do SUASA - CGSUASA  
Divisão de Aperfeiçoamento do SUASA - DIAPS  
Setor de Educação Sanitária - SEDUC

Endereço da SDA/MAPA: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, 4º andar, Sala 406  
Brasília/DF – CEP: 70.043-900  
E-mail: gabsda@agro.gov.br  
E-mail: seduc.dsn@agro.gov.br

#### **Coordenação Editorial:**

Departamento de Planejamento e Estratégia do SUASA- Diretora Judi Nóbrega;  
DIAPS/DSN/SDA/MAPA - AFFA Juliana do Amaral Moreira Conforti Vaz.

#### **Equipe técnica:**

*Juliana do Amaral Moreira Conforti Vaz; Andressa Lemos Fernandes; Andreza Tavares Tomé; Alberto Gomes da Silva Junior; Cristina Sabbo da Costa; Clóvis Thadeu Rabello Improta; Cristyanne Barbosa Taques; Fernando Fagundes Fernandes; Guilherme Bandeira Candido Martins; Jamyle Saad Maiolino Vianna; Janice Elena Ioris Barddal; Juliana Alexandre Ribeiro; Kalinka Lessa Koza; Karine Bordignon; Luís Paulo Oliveira; Louise Jank; Míriam Sayuri Sasaki; Neiliane Santiago Sombra; Márcia Virgínia Santos Bernardes; Rosa Maria Antunes; Sandra Tereza Teixeira.*

#### **Coordenação técnica:**

*Juliana do Amaral Moreira Conforti Vaz  
Janice Elena Ioris Barddal*

#### **Revisão gramatical:**

Luiz Antonio Costa Tarcitano

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original ([www.gov.br/agricultura](http://www.gov.br/agricultura)). **Como citar:** BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Brasília: SDA/MAPA. 2026. Disponível em: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/6129>. Acesso em: coloque a data em que baixou o documento.

Catálogo na Fonte Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI**

---

**Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária.**  
Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA). /  
Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento  
de Planejamento e Estratégia do SUASA. – Brasília : MAPA, 2026.  
58 p. : il. color.

ISBN: 978-85-7991-335-8

1. Educação sanitária. 2. Defesa agropecuária. 3. Política pública. 4. Gestão Participativa. 5. Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).  
I. Secretaria de Defesa Agropecuária. II. Título.

AGRIS C10  
CDU 63:35(81)

---

**Bibliotecária: Layla Alexandrina Barboza dos Santos CRB1 - 3447**



Caravana do Núcleo Sudeste - Espírito Santo, 2023  
Fonte: Arquivo pessoal

*“A verdade não nasce, nem se encontra dentro da cabeça de um indivíduo isolado; ela nasce entre as pessoas que a buscam coletivamente, no processo de sua interação dialógica”*  
Mikhail Bakhtin

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1. PREFÁCIO .....   | 9  |
| 2. APRESENTAÇÃO .....   | 10 |
| 3. A JORNADA DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA .....                        | 11 |
| 4. BASES CONCEITUAIS ESTRUTURANTES .....                        | 13 |
| Educação Sanitária em Defesa Agropecuária .....                 | 13 |
| Gestão Participativa na Educação Sanitária .....                | 13 |
| Uma Só Saúde .....  | 13 |
| Educomunicação .....  | 13 |
| Mobilização Social .....  | 13 |
| Metodologias Educativas Ativas .....                            | 14 |
| Andragogia .....  | 14 |
| 5. BASES LEGAIS .....   | 14 |
| 6. OBJETIVO GERAL .....   | 15 |
| 7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....                                  | 15 |
| 8. PÚBLICO ALVO .....   | 16 |
| 9. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO .....                           | 18 |
| 9.1. Estruturação da Gestão Participativa .....                 | 18 |
| 9.2. Formação e Capacitação de Multiplicadores .....            | 18 |
| 9.3. Produção e Disseminação de Materiais Educativos .....      | 18 |
| 9.4. Mobilização Social e Participação Comunitária .....        | 19 |
| 9.5. Comunicação Social e Comunicação de Risco .....            | 19 |
| 9.6. Integração Interinstitucional e Transversalidade .....     | 19 |
| 9.7. Promoção da Sustentabilidade do Proesa .....               | 20 |
| 9.8. Implantação de Sistemas de Monitoramento e Avaliação ..... | 20 |
| 10. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ..... | 22 |
| Competências Institucionais .....                               | 22 |
| Estrutura de Governança do Proesa .....                         | 22 |
| Governança do Proesa .....                                      | 23 |
| 10.1. Coordenação Nacional .....                                | 24 |
| Composição da Coordenação Nacional .....                        | 24 |
| Atribuições da Coordenação Nacional .....                       | 24 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 10.2. Núcleos Regionais de Educação Sanitária .....   | 25 |
| Composição dos Núcleos Regionais .....  | 25 |
| Organização dos Núcleos Regionais .....   | 25 |
| Atribuições dos Núcleos Regionais .....   | 26 |
| 10.3. Comitês Estaduais e Municipais de Educação Sanitária .....                                      | 27 |
| Composição dos Comitês Estaduais e Municipais .....   | 27 |
| Atribuições dos Comitês Estaduais e Municipais no âmbito estadual ou municipal, respectivamente ..... | 27 |
| 10.4. Instituições e Cidadãos parceiros .....   | 28 |
| Atribuições das Instituições e Cidadãos parceiros.....  | 28 |
| <br>  |    |
| 11. LINHAS DE AÇÃO .....  | 30 |
| 10.1. Governança e Gestão Participativa .....   | 30 |
| 10.2. Formação de Multiplicadores .....   | 30 |
| 10.3. Produção e Disseminação de Conteúdos Educativos .....   | 30 |
| 10.4. Mobilização Social e Participação Comunitária .....   | 30 |
| 10.5. Comunicação Social e Comunicação de Risco .....   | 30 |
| 10.6. Integração Interinstitucional e Intersetorialidade .....  | 30 |
| 10.7. Monitoramento, Avaliação e Aprimoramento Contínuo .....   | 30 |
| <br>  |    |
| 12. INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO .....   | 31 |
| 11.1. Planos de ação .....  | 31 |
| 11.2. Projetos Educativos .....   | 31 |
| 11.3. Editais e Chamadas Públicas .....   | 31 |
| 11.4. Convênios e Acordos de Cooperação .....   | 31 |
| 11.5. Sistema de Monitoramento e Avaliação .....  | 31 |
| 11.6. Materiais Educativos Padronizados .....   | 31 |
| 11.7. Estratégias de Comunicação .....  | 31 |
| <br>  |    |
| 13. COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....   | 33 |
| 13.1. Plano de Divulgação e Mobilização .....   | 33 |
| 13.2. Envolvimento de Colaboradores .....   | 33 |
| 13.3. Canais e Ferramentas de Comunicação .....   | 33 |
| <br>  |    |
| 14. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES .....  | 34 |
| I. Gravidade .....  | 34 |
| II. Urgência .....  | 35 |
| III. Tendência .....  | 35 |
| <br>  |    |
| 15. RECURSOS NECESSÁRIOS .....  | 36 |
| 15.1. Orçamento estimado .....  | 36 |
| 15.2. Fontes de financiamento .....   | 36 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 16. SUSTENTABILIDADE .....   | 37 |
| 16.1. Institucionalização e Orçamento Plurianual .....   | 37 |
| 16.2. Fontes de Financiamento Complementares .....   | 37 |
| 17. CRONOGRAMA .....   | 38 |
| 17.1. Marcos Principais .....  | 38 |
| 17.2. Revisões Periódicas .....  | 38 |
| 18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROESA .....  | 40 |
| 18.1. Estratégia de Monitoramento .....  | 40 |
| Captação de Dados .....  | 40 |
| Gerenciamento de Dados .....   | 40 |
| 18.2. Análise de Dados e Retroalimentação .....  | 40 |
| 18.3. Indicadores do Proesa .....  | 41 |
| Indicadores de Desempenho .....  | 41 |
| Indicadores Táticos .....  | 42 |
| Indicadores Operacionais .....   | 42 |
| Indicadores de Impacto.....  | 43 |
| 19. RISCOS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS .....  | 44 |
| 20. CONCLUSÃO .....  | 46 |
| 21. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 48 |
| 22. ANEXOS .....   | 50 |
| Anexo 1 - Metas dos Indicadores do Proesa .....  | 50 |
| Anexo 2 - Manuais de Educação Sanitária .....  | 53 |
| Manual das Caravanas de Educação Sanitária .....   | 53 |
| Manual para Elaboração de Projetos de Educação Sanitária .....   | 53 |
| Manual de Diagnóstico Sócio-Educativo e os modelos de questionários...53                                       |    |
| Anexo 3 - Base curricular mínima para capacitação básica em educação sanitária em<br>defesa agropecuária ..... | 54 |
| Anexo 4 - Modelo de Portaria para instituir Comitê de Educação Sanitária .....                                 | 56 |

## 1. PREFÁCIO

A educação sanitária sempre ocupou um espaço fundamental na defesa agropecuária brasileira. Ao longo de décadas, evoluímos de uma abordagem informativa para um processo dinâmico de construção coletiva de saberes, integrado à promoção da saúde única.

É com grande satisfação que apresento a versão modernizada do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA), fruto do trabalho coletivo de especialistas, gestores públicos e agentes comprometidos com o fortalecimento das políticas públicas de defesa sanitária.

Reafirmamos o PROESA como uma política nacional estruturante, alicerçada em metodologias participativas, gestão colaborativa e mobilização social. Preservando a terminologia tradicional de "educação sanitária", o Programa adota práticas e conceitos contemporâneos da educação em saúde, voltados à transformação social e à responsabilidade compartilhada.

O Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, reafirma seu compromisso com a execução e o aprimoramento contínuo do PROESA, consolidando a educação sanitária como um pilar da segurança alimentar, da competitividade agropecuária e do bem-estar da sociedade brasileira.

Judi Nóbrega  
Diretora do Departamento de Planejamento e Estratégia do Suasa

## 2. APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA) é uma política pública estruturante instituída no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), reconhecida como estratégia essencial de defesa agropecuária, conforme o art. 39 do Decreto nº 5.741/2006. Desde sua formalização pela Instrução Normativa nº 28/2008, o PROESA vem promovendo a sanidade vegetal, a saúde animal, a inocuidade e a qualidade dos produtos agropecuários brasileiros, consolidando a integração dos princípios da "Uma Só Saúde".

A educação sanitária em defesa agropecuária possui uma trajetória histórica no Brasil que remonta a 1934, com a inclusão da divulgação sanitária como parte da defesa sanitária animal. Inicialmente focada na transmissão de informações, sem metodologia participativa, evoluiu a partir da década de 1980, quando novas abordagens pedagógicas passaram a considerar a realidade do público-alvo. A formalização do PROESA em 2008 representou um marco, embora desafios estruturais tenham limitado sua efetividade até 2022. A partir deste ano, o Programa foi reestruturado com a adoção de metodologias ativas, abordagem multi-institucional e fortalecimento da participação social. Atualmente, o PROESA adota uma perspectiva transformadora, com foco na construção coletiva de saberes, na mobilização social e na promoção integrada da saúde única.

Apesar de modernamente a terminologia "educação sanitária" não refletir integralmente os avanços conceituais que aproximam as práticas educativas da promoção da saúde única, o Programa preserva essa denominação em respeito à legislação vigente, notadamente o Decreto nº 5.741/2006 e a Instrução Normativa nº 28/2008. No entanto, o PROESA adota uma abordagem contemporânea de educação em saúde, fundamentada em princípios participativos, interdisciplinares e voltados à transformação social.

O avanço das metodologias educativas, a crescente complexidade dos sistemas produtivos e a necessidade de integração interinstitucional e social impuseram novos desafios ao Programa. Por isso, este documento apresenta a versão modernizada do PROESA, reafirmando-o como a política nacional de educação sanitária em defesa agropecuária, estruturada para ampliar seu alcance, consolidar a participação social e potencializar os resultados em saúde pública, saúde animal, sanidade vegetal e segurança alimentar.

### 3. A JORNADA DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

A educação sanitária em defesa agropecuária começou em 1934 com decretos que incluíam a divulgação e educação sanitária como parte da defesa sanitária animal. Inicialmente, o foco era mais informativo, com distribuição de materiais impressos e palestras. A eficácia era limitada pois baseava-se em uma educação “depositária”, sem participação ativa da sociedade. O conceito de Educação Sanitária estava mais focado na prática da informação e divulgação do que propriamente em um processo educativo que estimulasse a reflexão sobre a temática abordada pela população. Considerando a alta taxa de analfabetismo naquela época, materiais impressos teriam muito pouca efetividade no processo educativo, principalmente se não fossem bem ilustrados.

Em 1984, um curso promovido pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) em Campinas trouxe uma abordagem mais abrangente, incorporando disciplinas como pedagogia, psicologia social e sociologia, e enfatizando o conhecimento do público-alvo para planejar projetos educativos eficazes. Apesar de dificuldades na implementação, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se destacaram como multiplicadores do conhecimento adquirido.

Em 2006, surgiu a ideia de um Programa Nacional de Educação Sanitária, formalizado em 2008, mas enfrentou problemas de gestão central até 2022.

A partir de outubro de 2022, foi criado o Serviço de Educação Sanitária (Seduc) para coordenar o Programa. A partir dessa reestruturação, houve a criação de uma estratégia de gestão do Proesa, com a introdução de metodologias ativas participativas e o estímulo à criação de espaços coletivos, de caráter multi-institucional e multidisciplinar, fortalecendo a política pública de educação sanitária em defesa agropecuária.

Desde então, tem sido promovido um diálogo horizontal e de construção conjunta com o setor produtivo, com o desenvolvimento de ações “com” e não “para” os indivíduos, inserindo o educando como foco central no processo educativo. Adicionalmente, têm sido elaborados os e-books da série Diálogos para a saúde única, cuja proposta é oferecer vários materiais didáticos de diferentes temáticas sobre defesa agropecuária para que os técnicos possam utilizar em atividades educativas presenciais e/ou remotas, tanto síncronas, quanto assíncronas.



***“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda”***

**Paulo Freire**

Acrelândia-AC, 2022. Fonte: Arquivo pessoal

## **4. BASES CONCEITUAIS ESTRUTURANTES**

### **Educação Sanitária em Defesa Agropecuária**

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é concebida como um processo contínuo, dinâmico, dialógico e participativo, fundamentado em critérios mensuráveis, destinado à construção de conhecimentos e habilidades que promovam a consciência crítica e a mudança de atitudes e comportamentos em prol da saúde única.

No âmbito deste Programa, as ações de educação sanitária em defesa agropecuária compreendem o conjunto de iniciativas destinadas a promover esse processo educativo, incluindo a implementação de políticas públicas, projetos, planos, atividades educativas, produção de materiais, mobilização social, comunicação de risco e educomunicação, com foco em Gestão Participativa na Educação Sanitária.

### **Gestão Participativa na Educação Sanitária**

Modelo de gestão colaborativa que assegura a participação ativa das instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários (Sisbi), e de outras instituições públicas e privadas, nos processos de formulação, decisão, implementação e avaliação das ações educativas.

### **Uma Só Saúde**

Abordagem integrada que reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, orientando estratégias conjuntas para promoção do bem-estar e da sustentabilidade.

### **Educomunicação**

Integração entre comunicação e educação para estimular a participação ativa, o pensamento crítico e a troca de saberes entre diferentes atores sociais.

### **Mobilização Social**

Conjunto de estratégias para promover o engajamento da sociedade civil na defesa da saúde agropecuária e na transformação da realidade sanitária.

## Metodologias Educativas Ativas

Metodologias que colocam o participante no centro do processo de aprendizagem, promovendo a reflexão, o protagonismo e a construção conjunta de soluções.

### Andragogia

Princípios voltados à educação de adultos, respeitando suas experiências prévias e buscando a aplicação prática imediata dos conhecimentos adquiridos.

#### Nota:

Os conceitos de "Defesa Agropecuária" e "Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)" adotados neste Programa correspondem às definições estabelecidas no Decreto nº 5.741/2006 e demais normativos correlatos, que fundamentam a sua atuação.

## 5. BASES LEGAIS

O PROESA fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e normativos:

- Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006: Institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e reconhece a educação sanitária como instrumento de defesa agropecuária (artigo 39);
- Instrução Normativa nº 28, de 28 de julho de 2008: Estabelece diretrizes para a execução das ações de educação sanitária em defesa agropecuária no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária;
- Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022: Dispõe sobre o Programa de Autocontrole e reforça a responsabilidade compartilhada dos agentes privados e públicos, ampliando a relevância das ações de educação sanitária;
- Demais normativos correlatos: Atos normativos complementares aplicáveis ao Suasa e às políticas de defesa agropecuária e saúde única.

## 6. OBJETIVO GERAL

Promover a educação sanitária em defesa agropecuária como instrumento estratégico de transformação social e fortalecimento da saúde única, por meio da construção de conhecimentos, da mobilização social e da integração de saberes, visando à melhoria contínua da sanidade animal, vegetal, da inocuidade dos alimentos e da sustentabilidade dos sistemas agropecuários brasileiros.

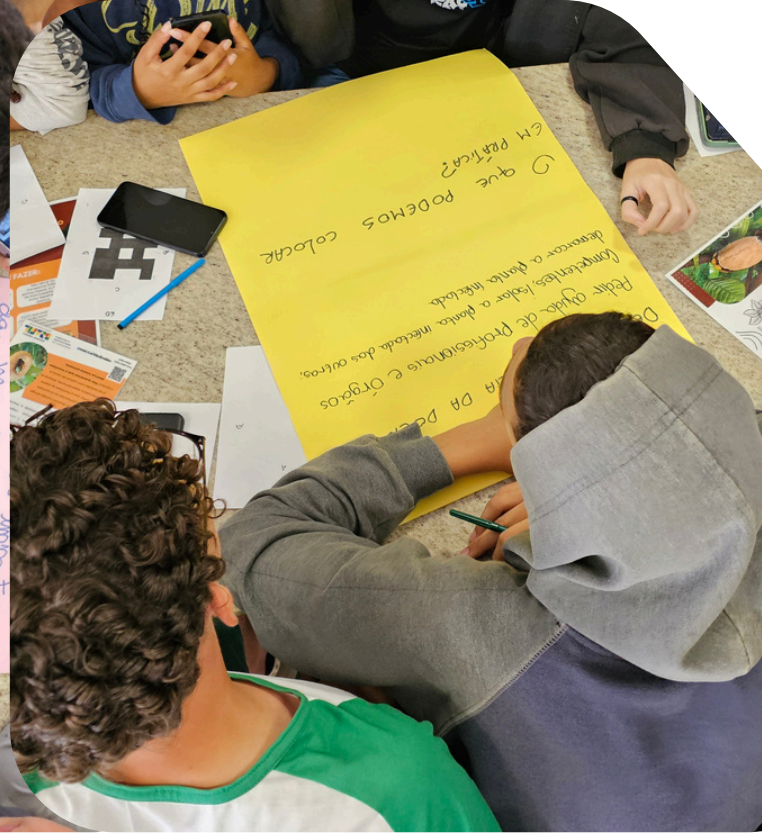
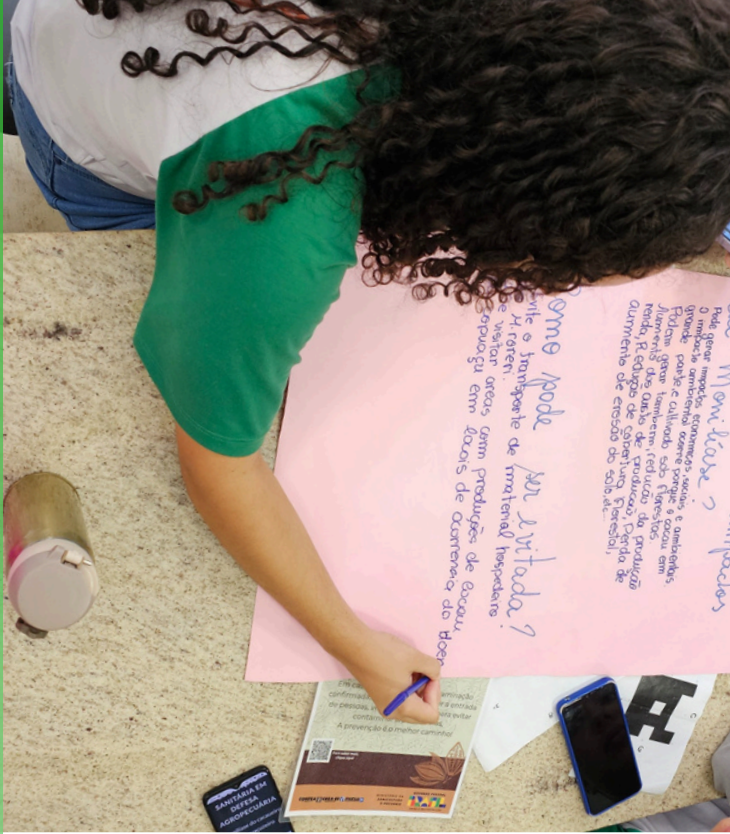
## 7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer diretrizes nacionais para a educação sanitária em defesa agropecuária, alinhadas aos princípios da saúde única e da responsabilidade compartilhada;
- Fomentar a formação contínua de técnicos, educadores, agentes comunitários e multiplicadores sociais, com ênfase em metodologias educativas ativas e participativas;
- Integrar ações de educação sanitária às políticas públicas de defesa agropecuária, saúde, meio ambiente, educação e desenvolvimento rural sustentável;
- Promover a produção, atualização e disseminação de materiais educativos que contemplem a diversidade regional, sociocultural e de públicos-alvo;
- Incentivar a mobilização social e a participação cidadã nas ações de educação sanitária em defesa agropecuária;
- Estimular a transversalidade, a transdisciplinaridade e a multi-institucionalidade nas estratégias de educação sanitária;
- Ampliar a comunicação social e a comunicação de risco, garantindo informação qualificada e oportuna à sociedade;
- Estabelecer e fortalecer cooperação entre as instâncias do Suasa, os Sistemas Brasileiros de Inspeção, instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- Estimular projetos inovadores para fortalecer as ações do Proesa;
- Consolidar a educação sanitária em defesa agropecuária como política pública permanente, integrada aos sistemas de gestão de defesa agropecuária e às políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Implantar sistemas de monitoramento, avaliação e retroalimentação contínua das ações educativas, com foco na melhoria de resultados e na sustentabilidade do programa.

## 8. PÚBLICO-ALVO

O Proesa é direcionado aos seguintes públicos:

- Produtores rurais, agricultores familiares, trabalhadores do campo e empreendedores rurais;
- Povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas;
- Agentes comunitários de saúde, agentes de extensão rural, lideranças locais e multiplicadores sociais;
- Estudantes e docentes do ensino fundamental, médio, técnico e superior, especialmente nas áreas de ciências agrárias, saúde, meio ambiente e ciências sociais;
- Servidores públicos da defesa agropecuária nas esferas federal, estadual e municipal;
- Representantes da sociedade civil organizada, incluindo associações de produtores, cooperativas, sindicatos, entidades de classe e organizações não governamentais;
- Consumidores em geral, com ênfase em comunidades rurais, periurbanas e segmentos estratégicos para a promoção da saúde única;
- Agentes privados e das cadeias produtivas regulados pela defesa agropecuária.



Caravana da monilíase, Tomé Açú-PA 2023  
Foto: Arquivo pessoal



Caravana da Núcleo Sudeste, Espírito Santo 2024  
Foto: Arquivo pessoal

*"O valor do nosso conhecimento se multiplica quando compartilhamos o que sabemos com os outros"*

Simon Sinek

## **9. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

A implementação do Proesa será orientada pelas seguintes estratégias, organizadas em grandes eixos de atuação:

### **9.1. ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA**

a. Fortalecer a coordenação nacional, regional e local do Proesa, com a constituição e a operacionalização de Núcleos e Redes colaborativas.

b. Assegurar a participação ativa das instâncias do Suasa, dos Sistemas Brasileiros de Inspeção (Sisbi) e de outras instituições públicas e privadas no planejamento, execução e avaliação das ações educativas, em conformidade com suas competências legais e atribuições institucionais.

c. Implementar instrumentos de gestão colegiada, como reuniões periódicas, grupos técnicos e fóruns.

### **9.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES**

a. Desenvolver programas de formação permanente voltados a técnicos, fiscais, extensionistas rurais, educadores, estudantes, agentes de saúde, agentes privados e das cadeias produtivas, lideranças comunitárias e demais multiplicadores.

b. Promover capacitações presenciais, semipresenciais e a distância, com uso de metodologias ativas, respeitando a diversidade cultural e regional dos públicos-alvo.

c. Incluir temáticas como saúde única, comunicação de risco, educação popular, práticas pedagógicas inovadoras e defesa agropecuária nas ações de formação e capacitação.

### **9.3. PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS**

a. Elaborar, atualizar e disseminar materiais didáticos e recursos educacionais, em múltiplos formatos (impressos, digitais, audiovisuais), com linguagem acessível, inclusiva e regionalizada.

b. Valorizar a produção de e-books, vídeos educativos, podcasts, animações, cartilhas, infográficos, entre outros instrumentos de apoio às ações educativas.

## **9.4. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

- a. Estimular a criação de espaços de diálogo e escuta ativa nas comunidades, fomentando a construção coletiva de soluções sanitárias.
- b. Realizar Caravanas, oficinas participativas, eventos comunitários e outras ações que favoreçam a mobilização social em defesa da sanidade agropecuária e da saúde única.
- c. Estimular o protagonismo das comunidades e o fortalecimento das redes locais de colaboração.

## **9.5. COMUNICAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO DE RISCO**

- a. Desenvolver campanhas de comunicação social, com foco na sensibilização, informação e promoção de práticas seguras e sustentáveis no meio rural e agroindustrial.
- b. Implementar estratégias de comunicação de risco, para atuação tanto em situações rotineiras quanto em contextos de emergência sanitária, garantindo respostas rápidas e coordenadas.
- c. Utilizar mídias tradicionais e digitais, respeitando a diversidade sociocultural e regional.

## **9.6. INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E TRANSVERSALIDADE**

- a. Promover a integração da educação sanitária com políticas públicas de saúde, meio ambiente, educação, segurança alimentar, direitos humanos e desenvolvimento rural sustentável.
- b. Estimular a transversalidade nas ações educativas, por meio da articulação entre diferentes setores, órgãos públicos e entidades da sociedade civil.
- c. Incentivar a adoção de abordagens transdisciplinares para o enfrentamento de desafios complexos relacionados à sanidade agropecuária.

## **9.7. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO PROESA**

a. Integrar as ações educativas sanitárias aos instrumentos de planejamento governamental, como Planos Plurianuais (PPAs), Planos de Defesa Agropecuária e Programas Estratégicos.

b. Buscar fontes complementares de financiamento, incluindo parcerias, projetos de cooperação técnica e iniciativas de fomento.

c. Estimular a institucionalização da educação sanitária nos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

## **9.8. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

a. Desenvolver indicadores qualitativos e quantitativos para o acompanhamento das ações educativas e dos resultados alcançados.

b. Implantar sistemas informatizados de coleta, análise e disseminação de dados de monitoramento.

c. Promover avaliações periódicas de processos, resultados e impactos, com retroalimentação contínua para aprimoramento das estratégias e ações do Proesa.



*"Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes."*  
Paulo Freire



Amazonas, 2023. Fonte: arquivo pessoal

## 10. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

### COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:

A educação sanitária em defesa agropecuária é uma atribuição legal dos órgãos públicos que compõem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), conforme previsto no art. 39 do Decreto nº 5.741/2006. Essa atribuição também se estende aos integrantes dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários, dos quais também fazem parte os serviços de inspeção municipais reconhecidos no âmbito do Sisbi.

As competências institucionais são responsabilidades legais exercidas pelos órgãos públicos que compõem o Suasa no desenvolvimento de ações de educação sanitária. A participação desses órgãos públicos no Proesa ocorre conforme suas atribuições e adesão às diretrizes do Programa. Essas competências não se confundem com os papéis desempenhados pelos componentes da governança do Proesa, voltados à articulação, coordenação e apoio à implementação.

No caso dos municípios, a atuação nos Sistemas Brasileiros de Inspeção pode ocorrer de forma autônoma. Isso significa que, uma vez integrados, os serviços municipais de inspeção passam a executar ações de educação sanitária vinculadas diretamente à sua rotina de fiscalização e inspeção, sem subordinação técnica à instância intermediária.

### ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PROESA

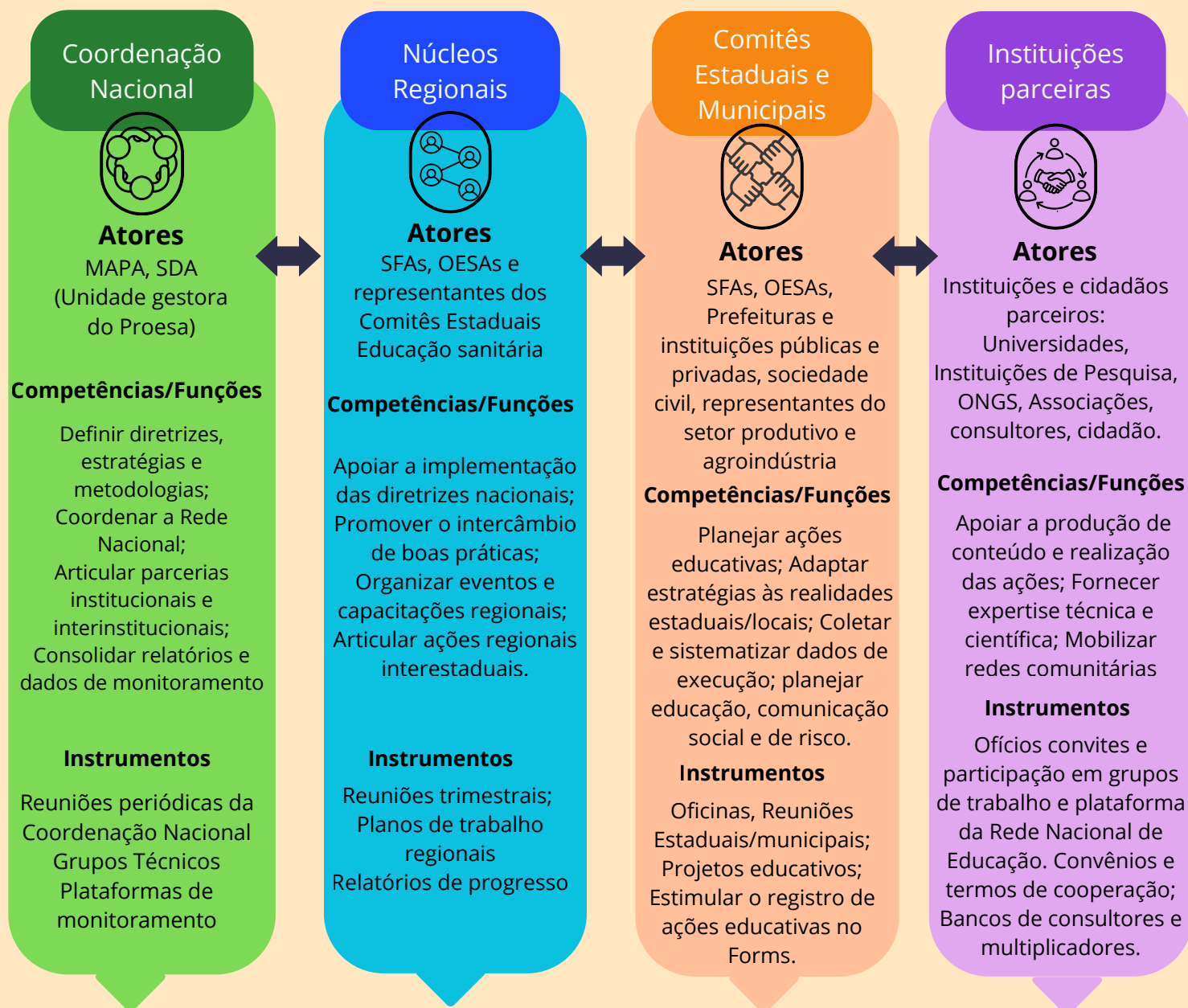
A implementação do Proesa será organizada por meio de uma estrutura de governança multinível, que respeita o pacto federativo, a autonomia dos entes federativos e os princípios da gestão participativa. Essa estrutura é composta por quatro componentes principais:

1. Coordenação Nacional
2. Núcleos Regionais de Educação Sanitária
3. Comitês Estaduais/Municipais de Educação Sanitária
4. Instituições e cidadãos parceiros

Juntos, esses componentes constituem a Rede Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, articulada para promover ações educativas de forma descentralizada, cooperativa e transversal às políticas públicas.

As competências específicas de cada componente da governança estão detalhadas nas seções 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 deste documento.

# GOVERNANÇA DO PROESA



- Lei nº 8.171/1991 (Arts. 27-A, 28-A e 29-A - Lei Agrícola)
- Decreto nº 5741/2006 (institui o Suasa e estabelece a educação sanitária como instrumento de defesa agropecuária)
- Instrução Normativa SDA/MAPA nº 28/2008 (institui o Proesa e suas diretrizes)
- Lei nº 14.515/2022 (Programa de Autocontrole e reforço da responsabilidade compartilhada)

Juntos, esses componentes constituem a **Rede Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária**, articulada para promover ações educativas de forma descentralizada, cooperativa e transversal às políticas públicas.

## 10.1. Coordenação Nacional

Responsável por planejar, coordenar, normatizar e monitorar as ações de educação sanitária em âmbito nacional.

### Composição da Coordenação Nacional:

A Coordenação Nacional do Proesa será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), sob responsabilidade da unidade administrativa competente para a gestão das ações de educação sanitária, conforme designação interna do MAPA. Poderão integrar a Coordenação Nacional representantes de outras áreas da SDA ou de Secretarias correlatas do MAPA, conforme a necessidade temática e estratégica das ações educativas.

### Atribuições da Coordenação Nacional:

1. Definir diretrizes, estratégias, metodologias e instrumentos nacionais do Programa;
2. Coordenar a Rede Nacional de Educação Sanitária, composta pela estrutura de governança do Proesa;
3. Articular com órgãos federais, estaduais, municipais e com entidades privadas e da sociedade civil a integração das ações educativas;
4. Estimular o apoio e parcerias institucionais;
5. Promover capacitações nacionais e elaborar materiais educativos de referência;
6. Coordenar a consolidação dos dados de monitoramento das ações educativas no âmbito do Proesa, promovendo a elaboração de relatórios técnicos periódicos para subsidiar o aprimoramento do Programa;
7. Participar de fóruns nacionais e internacionais que promovam o intercâmbio de experiências e boas práticas em educação sanitária no contexto do Proesa.

## 10.2. Núcleos Regionais de Educação Sanitária

Instâncias de articulação interestadual, voltadas ao apoio técnico, à disseminação de metodologias e ao fortalecimento da educação sanitária em suas regiões de atuação.

### Composição dos Núcleos Regionais:

Os Núcleos Regionais de Educação Sanitária serão compostos por representantes dos Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária, das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) do MAPA, dos Coordenadores dos Comitês Estaduais de Educação Sanitária, e de outras instituições públicas, privadas ou da sociedade civil com atuação em defesa agropecuária e educação sanitária, conforme regulamentação específica e adesão regional.

### Organização dos Núcleos Regionais:

Os Núcleos Regionais de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária são organizados da seguinte forma:

I - Norte: Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR), Amapá (AP), Pará (PA) e Rondônia (RO);

II - Nordeste 1: Ceará (CE), Maranhão (MA), Piauí (PI) e Rio Grande do Norte (RN);

III - Nordeste 2: Alagoas (AL), Sergipe (SE), Pernambuco (PE), Paraíba (PB) e Bahia (BA);

IV - Centro-Oeste: Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Distrito Federal (DF) e Tocantins (TO);

V - Sudeste: São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ);

VI - Sul: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR).

Essa organização regional foi estabelecida conforme critérios estratégicos definidos pelo Proesa, considerando aspectos logísticos, de articulação interestadual e de dinâmica sanitária, visando otimizar a execução das ações educativas em defesa agropecuária.

## Organização dos Núcleos Regionais:



Created with mapchart.net

### Atribuições dos Núcleos Regionais:

- Apoiar a implementação das diretrizes nacionais em âmbito regional;
- Estimular a articulação entre os estados e municípios de sua região;
- Promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e boas práticas educativas;
- Organizar eventos e capacitações regionais em parceria com a Coordenação Nacional e os Comitês Estaduais;
- Apoiar o monitoramento das ações nos estados e municípios;
- Promover ações regionais de educação sanitária.

### 10.3. Comitês Estaduais e Municipais de Educação Sanitária

Constituem o componente descentralizado da governança do Proesa, com a função de implementar as ações educativas nos respectivos territórios. Atuando como elo entre as diretrizes nacionais e as realidades locais, esses comitês são responsáveis por adaptar estratégias, mobilizar parcerias e articular iniciativas conforme os contextos regionais e municipais.

#### Composição dos Comitês Estaduais e Municipais:

Esses Comitês serão compostos por representantes dos órgãos estaduais e municipais de defesa agropecuária, das Secretarias de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural, de instituições de ensino e pesquisa, de organizações da sociedade civil e do setor produtivo agropecuário, dentre outros conforme as realidades locais e pactuações específicas.

#### Atribuições dos Comitês Estaduais e Municipais no âmbito estadual ou municipal, respectivamente:

1. Implementar o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária – Proesa;
2. Formular recomendações, análises, sugestões e subsídios técnicos para o fortalecimento das ações educativas previstas no Proesa, sem caráter deliberativo, executivo ou vinculante;
3. Relatar documentos, programas, projetos ou atividades relacionadas à educação sanitária;
4. Incentivar ações em defesa agropecuária associadas à pesquisa, inovação, boas práticas agropecuárias, segurança e soberania alimentar, saúde única, economia verde e economia digital;
5. Articular com instituições de ensino, de pesquisa, organizações sociais, setor produtivo, comunidades, dentre outras;
6. Adaptar as estratégias nacionais às realidades locais, respeitando a diversidade sociocultural;
7. Coletar, sistematizar e disponibilizar dados de execução e resultados das ações educativas, em conformidade com as diretrizes do sistema nacional de monitoramento e avaliação.

## 10.4. Instituições e Cidadãos Parceiros

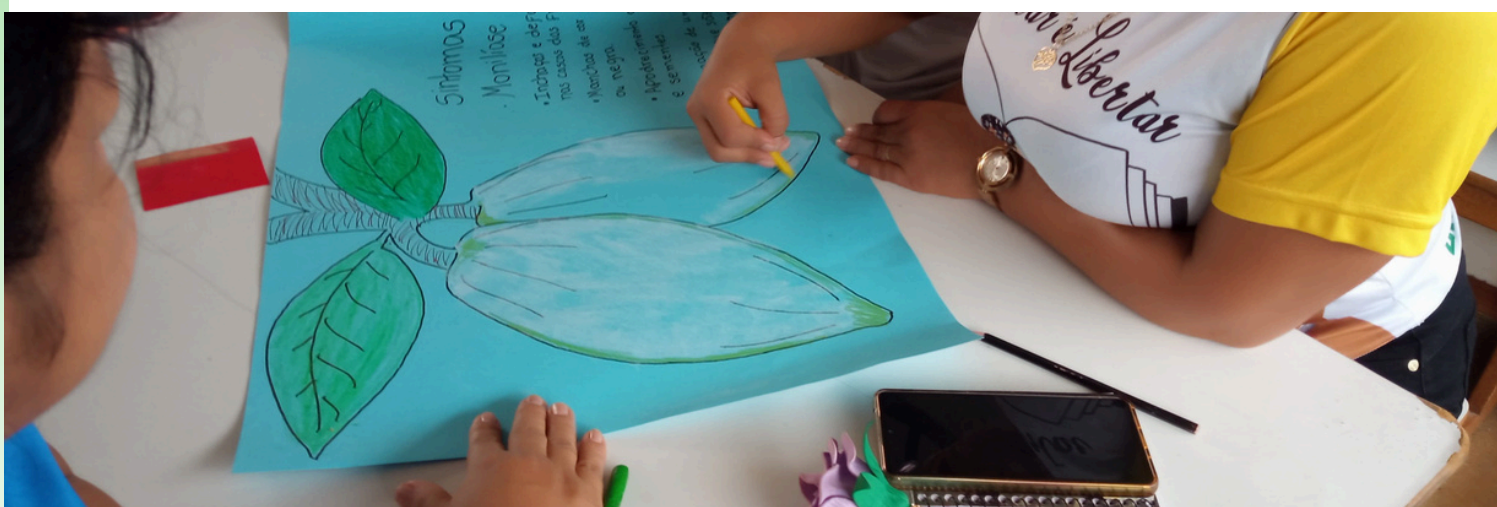
Componentes de apoio estratégico que contribuem de forma colaborativa para o fortalecimento técnico, metodológico e social das ações do Proesa.

### **Atribuições das Instituições e Cidadãos Parceiros:**

1. Prestar apoio técnico, metodológico e logístico às ações educativas;
2. Contribuir para a formação de multiplicadores e produção de materiais educativos;
3. Desenvolver projetos conjuntos e pesquisas aplicadas em educação sanitária;
4. Participar de articulações interinstitucionais e intersetoriais;
5. Estimular a mobilização social, o engajamento comunitário e a disseminação das ações do Proesa.



Caravana da Monilíase, Benjamin Constant-AM, 2023  
Foto: Andressa Lemos Fernandes



Caravana da Monilíase, Urucurituba-AM, 2024  
Foto: Arquivo pessoal

*"A educação é a arma mais poderosa que você pode  
usar para mudar o mundo"*

Nelson Mandela

## **11. Linhas de Ação**

### **11.1. Governança e Gestão Participativa**

a. Estabelecimento e fortalecimento das instâncias de coordenação e execução do Proesa (Coordenação Nacional, Núcleos Regionais, Comissões Estaduais e Municipais);

b. Promoção da articulação institucional e da corresponsabilidade entre as diferentes esferas de governo, setor privado e sociedade civil.

### **11.2. Formação de Multiplicadores**

a. Desenvolvimento de programas de capacitação e formação continuada para técnicos, educadores, estudantes, lideranças comunitárias, agentes de saúde e demais multiplicadores sociais;

b. Estímulo ao protagonismo local na disseminação de práticas sanitárias e de promoção da saúde única.

### **11.3. Produção e Disseminação de Conteúdos Educativos**

a. Elaboração, atualização e distribuição de materiais educativos impressos, digitais e audiovisuais adaptados aos diversos públicos-alvo;

b. Incentivo à utilização de metodologias de educomunicação nas ações educativas.

### **11.4. Mobilização Social e Participação Comunitária**

a. Implementação de Caravanas do Proesa voltadas às ações de engajamento social e fortalecimento da participação cidadã nas atividades de educação sanitária;

b. Realização de eventos comunitários, encontros, oficinas, fóruns, dentre outros.

### **11.5. Comunicação Social e Comunicação de Risco**

a. Desenvolvimento de campanhas de comunicação social voltadas à promoção da defesa agropecuária e da saúde única;

b. Estruturação de estratégias de comunicação de risco para situações rotineiras e emergenciais.

### **11.6. Integração Interinstitucional e Intersetorialidade**

a. Articulação de ações conjuntas com políticas públicas de saúde, saúde única, educação, meio ambiente, segurança alimentar e desenvolvimento rural;

b. Estímulo a práticas educativas intersetoriais e transdisciplinares.

### **11.7. Monitoramento, Avaliação e Aprimoramento Contínuo**

a. Implantação e implementação de instrumentos e sistemas de coleta, análise e utilização de dados sobre as ações educativas.

b. Promoção da avaliação contínua dos processos e resultados, com retroalimentação do planejamento estratégico do Proesa.

## 12. Instrumentos de implementação

A execução do Proesa será apoiada por instrumentos operacionais que garantam a efetividade, a integração e o monitoramento contínuo das ações educativas, respeitando as diversidades regionais e locais.

Os instrumentos de implementação do Proesa compreendem:

### 12.1. Planos de Ação

Documentos de planejamento estratégico que detalham as ações, metas, indicadores, cronogramas e responsabilidades em nível nacional, regional, estadual e municipal, orientando a execução das linhas de ação do Programa.

### 12.2. Projetos Educativos

Iniciativas específicas desenvolvidas para atender a demandas temáticas, territoriais ou de públicos-alvo específicos, organizadas em projetos estruturados com objetivos claros, metodologia participativa e resultados mensuráveis.

### 12.3. Editais e Chamadas Públicas

Instrumentos públicos destinados à seleção de projetos, parceiros e iniciativas alinhadas às diretrizes do Proesa, assegurando transparência, equidade e eficiência no fomento de ações educativas.

### 12.4. Convênios e Acordos de Cooperação

Mecanismos formais de parceria entre o Mapa, Estados, Municípios, instituições privadas e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento conjunto de ações educativas em defesa agropecuária.

### 12.5. Sistema de Monitoramento e Avaliação

Plataforma informatizada destinada à coleta, sistematização, análise e disseminação de dados sobre a execução e os resultados das ações do Proesa, subsidiando a gestão estratégica e a retroalimentação do Programa.

### 12.6. Materiais Educativos Padronizados

Produção e disponibilização de materiais didáticos, digitais e audiovisuais padronizados, com linguagem acessível, inclusiva e adaptada às realidades regionais, destinados a apoiar as atividades educativas presenciais e remotas.

### 12.7. Estratégias de Comunicação

Desenvolvimento de campanhas educativas e de comunicação de risco, com foco na promoção de práticas sanitárias corretas, na valorização da saúde única e no fortalecimento da defesa agropecuária, utilizando mídias tradicionais e digitais.



Caravana da Vassoura de Bruxa da Mandioca - Cametá-PA - 2025  
Fotos: Arquivo pessoal

*"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina"*  
Cora Coralina

## **13. Comunicação e Articulação Institucional**

### **13.1. Plano de Divulgação e Mobilização**

- a. Definição de um calendário anual de eventos (workshops, seminários, caravanas) e campanhas de mídia;
- b. Produção de materiais (cartilhas, vídeos, infográficos) para cada tema e público-alvo;
- c. Coordenação com portais e redes sociais do Mapa e parceiros para maximizar o alcance.

### **13.2. Envolvimento de colaboradores**

- a. Criação de grupos de trabalho interinstitucionais;
- b. Realização de reuniões de articulação com SFAs, OESAs, universidades, setor produtivo, dentre outros setores públicos e privados;
- c. Mecanismos de retroalimentação (pesquisas avaliativas, coletivos locais, ouvidorias) para ajustar as ações temporalmente.

### **13.3. Canais e Ferramentas de Comunicação**

- a. Portal Proesa no site do Mapa como repositório central de conteúdos e dados;
- b. Comunidade Proesa no Portal da Binagri no site do Mapa;
- c. Grupos técnicos em aplicativos de mensagens para troca de informações e alertas;
- d. Produção de podcasts, lives e webinários;
- e. Participar de canais oficiais digitais como Instagram, LinkedIn, Youtube, dentre outros.

## 14. Definição de prioridades

Quanto à escolha de prioridade dos temas de educação sanitária a serem desenvolvidos em todos os níveis federativos, sugere-se seguir os critérios de gravidade, urgência e tendência, considerando as questões relacionadas abaixo. Pontuar cada questão, de 1 a 5. A somatória de pontos em todos os critérios indicará os temas prioritários.

### I - GRAVIDADE:

|   |
|---|
| Existe falta (gap) de conhecimento ou habilidade no público-alvo com relação ao tema?   |
| Existe falta de sensibilização do(s) públicos-alvo com os perigos/problemas apresentados a serem mitigados pela educação sanitária? |
| Existe risco à saúde pública?   |
| Existe risco à saúde animal ou sanidade vegetal?  |
| Existe risco ambiental?   |
| Existe risco à economia?  |
| Existe risco ao comércio internacional?   |
| Existem indicativos de inconformidades e fraudes relacionados a produtos regionais?   |

## 14. Definição de prioridades

### II - URGÊNCIA:

Existe denúncia na Ouvidoria?

Existe denúncia de outros Órgãos?

É uma emergência sanitária?

### III - TENDÊNCIA:

A situação tende a se agravar?

Não é escopo da educação sanitária a capacitação e formação técnica dos profissionais de defesa agropecuária em temas específicos de defesa agropecuária.

Porém, é escopo a capacitação destes profissionais na área de educação sanitária e comunicação em defesa agropecuária. É também a capacitação e sensibilização dos públicos-alvo.

## 15. Recursos Necessários

A implementação do Proesa demanda a alocação de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e de infraestrutura, de forma a garantir a efetividade das ações educativas em todo o território nacional.

### 15.1. Orçamento Estimado

O orçamento do Proesa será estabelecido de forma progressiva, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ministério da Agricultura e Pecuária e dos órgãos parceiros, respeitando as diretrizes anuais do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Será prioritariamente destinado para:

- a. Produção e atualização de materiais educativos;
- b. Realização de capacitações e eventos educativos;
- c. Desenvolvimento e manutenção de sistemas de monitoramento;
- d. Execução de campanhas de comunicação social e comunicação de risco;
- e. Apoio à mobilização social e articulação institucional.

### 15.2. Fontes de Financiamento

Os recursos para execução do Proesa poderão ser provenientes de:

- a. Recursos orçamentários próprios do Mapa, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- b. Parcerias e convênios com Estados, Municípios, instituições públicas e privadas, e organizações da sociedade civil;
- c. Projetos de cooperação técnica nacional e internacional, celebrados com organismos multilaterais, agências de fomento e outros parceiros estratégicos;
- d. Apoios institucionais de entidades públicas e privadas voltados à promoção da educação sanitária e da saúde única.

A captação de recursos complementares será incentivada para a expansão e fortalecimento das ações do Proesa, respeitando os princípios da transparência, da legalidade e da eficiência administrativa.

## **16. Sustentabilidade**

### **16.1. Institucionalização e Orçamentação Plurianual**

a. Inclusão das ações do Proesa nos Planos Plurianuais (PPAs) e Leis Orçamentárias (LDO/LOA).

b. Criação de uma estrutura permanente (unidade/centro de educação sanitária) com quadro de pessoal dedicado.

### **16.2. Fontes de Financiamento Complementares**

a. Convênios e parcerias com agências de fomento (nacionais e internacionais);

b. Linhas de apoio de fundações, institutos de pesquisa e organismos multilaterais;

c. Mecanismos de cofinanciamento com estados, municípios e setor privado.

### **16.3. Integração com Outras Políticas Públicas**

a. Articulação com programas de extensão rural, saúde pública, meio ambiente e segurança alimentar.

b. Projetos conjuntos para maximizar sinergias e evitar sobreposição de ações.

## 17. Cronograma

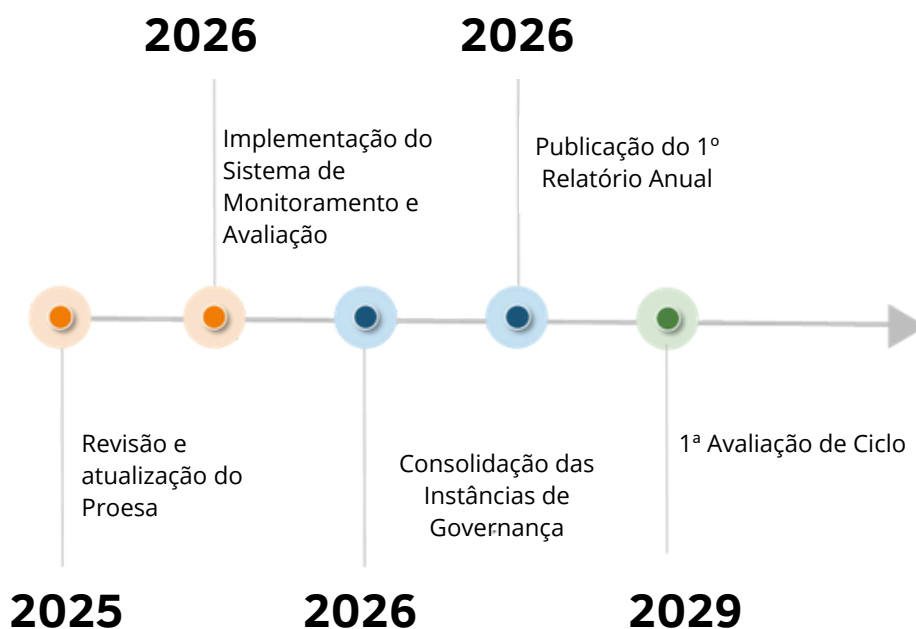
### 17.1. Marcos Principais

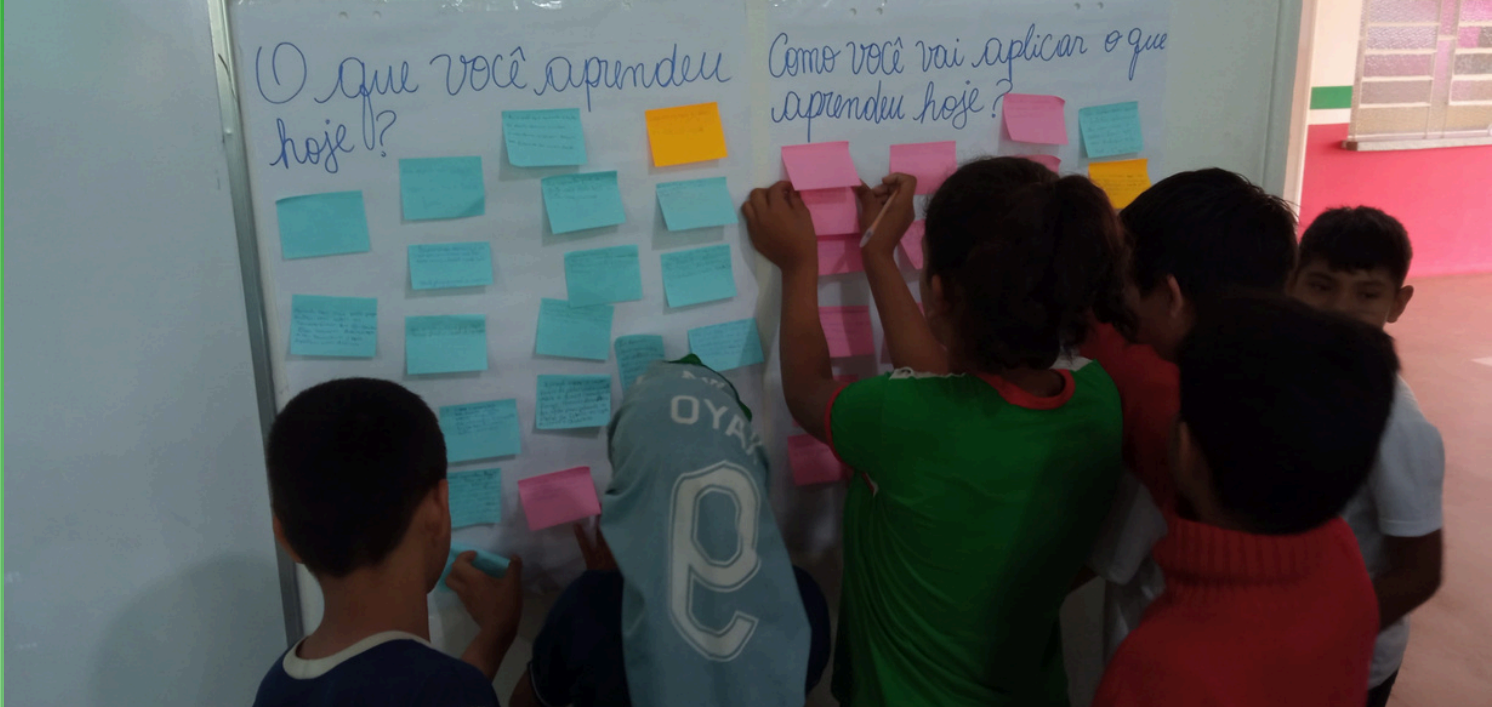
- a. Revisão e Atualização do Proesa (2025): conclusão da modernização conceitual, metodológica e terminológica desta versão;
- b. Consolidação das Instâncias de Governança: instalação plena dos Núcleos Regionais e dos Comitês Estaduais e Municipais, com responsabilidades definidas;
- c. Aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação: disponibilização da plataforma nacional oficial de acompanhamento das ações educativas;
- d. Primeira Avaliação de Ciclo (2029): análise integrada dos indicadores de desempenho, táticos e operacionais, com foco em lições aprendidas;
- e. Publicação de Relatórios Anuais: divulgação sistemática dos resultados e boas práticas, consolidando o aprendizado contínuo.

### 17.2. Revisões Periódicas

- a. Avaliações Intermediárias Anuais: acompanhamento de progresso, correções de rota e ajustes operacionais;
- b. Revisão Estratégica Quadrienal: alinhamento com o ciclo do Plano Plurianual (PPA) e definição das próximas prioridades do Proesa.

### Linha do tempo do Cronograma - 1º Ciclo





Caravana do Núcleo Norte - 2023  
Fotos: Arquivo pessoal

***“Avaliar e monitorar não é apenas medir resultados, mas compreender caminhos, ajustar rotas e garantir que cada passo no processo seja um avanço real no aprendizado”***

Autor desconhecido



Caravana do Núcleo Sudeste - Espírito Santo - 2024  
Foto: Arquivo pessoal



Caravana da Bebida - Imperatriz -MA - 2024  
Foto: Arquivo pessoal

## 18. Monitoramento e Avaliação do Proesa

O monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (Proesa) constituem componentes estratégicos para a promoção da melhoria contínua das ações educativas, assegurando a efetividade, a eficiência e o impacto positivo do Programa em nível nacional, regional e local.

### 18.1. Estratégia de Monitoramento

O monitoramento do Proesa será realizado de forma integrada e sistemática, compreendendo a coleta, sistematização, análise e utilização de dados gerados pelas instâncias executoras.

#### Captação de Dados:

A coleta de dados será realizada preferencialmente por meio de formulários eletrônicos padronizados, disponibilizados em plataforma informatizada (Forms), preenchidos pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária e demais instituições integrantes da Rede Proesa.

Recomenda-se o preenchimento dos formulários imediatamente após a realização de cada ação educativa, seguindo o lema: “Educação realizada, formulário preenchido”.

#### Gerenciamento dos Dados:

A Coordenação Nacional, por meio da unidade competente do MAPA, será responsável pela consolidação e gestão dos dados, utilizando ferramentas de Business Intelligence (BI).

O painel de monitoramento do Proesa estará disponível no portal institucional do Ministério da Agricultura e Pecuária, permitindo consultas e análises por Unidade Federativa, instituição, tipo de ação, entre outros parâmetros.

### 18.2. Análise de Dados e Retroalimentação

Os dados coletados alimentarão análises periódicas destinadas a:

- a. Avaliar o desempenho das ações educativas em diferentes níveis (nacional, regional, estadual e municipal);
- b. Identificar boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria;
- c. Subsidiar o planejamento de novas ações e a revisão estratégica do Programa.

A Coordenação Nacional será responsável pela produção e divulgação de relatórios de monitoramento e avaliação, assegurando transparência e gestão orientada por resultados.

## 18.3. Indicadores do Proesa

O acompanhamento das ações educativas no âmbito do Proesa será realizado com base em grupos de indicadores que permitam avaliar a qualidade, a capilaridade e a intensidade da atuação do Programa.

### Indicadores de Desempenho:

#### Percentual de Ações Educativas Qualificadas

- Percentual de ações educativas realizadas que atenderam cumulativamente aos seguintes critérios: (i) utilização de metodologias participativas ou ativas; (ii) realização de ações multi-institucionais; (iii) aplicação de avaliação de aprendizagem; (iv) aplicação de diagnóstico educativo.

#### Cobertura Institucional do Proesa

- Percentual de instituições participantes que registraram ações educativas no sistema de monitoramento do Proesa, em relação ao total de instituições elegíveis.

#### Intensidade de Ações Educativas por Unidade Federativa

- Número médio de ações educativas por trimestre em cada Unidade Federativa, em relação à população rural ou pela extensão territorial rural, conforme dados oficiais.

#### Proporção de materiais adaptados à diversidade regional e sociocultural

- Percentual de materiais produzidos que foram customizados para contextos regionais, linguísticos ou socioculturais específicos, mediante análise prévia pelos Núcleos Regionais de Educação Sanitária.

#### Alcance estimado das ações de comunicação

- Estimativa numérica de público atingido por ações de comunicação social ou de risco, por campanha e canal.

## **Indicadores Táticos:**

### **Número de Técnicos Capacitados em Educação Sanitária**

- Número de profissionais capacitados em ações educativas do Proesa, discriminados por tipo de profissional (fiscal agropecuário, agente de saúde, educador rural, liderança comunitária, entre outros), visando ao fortalecimento da capacidade local de disseminação de práticas sanitárias.

### **Tempo médio de resposta educativa e comunicacional em eventos sanitários**

- Intervalo médio entre a confirmação de um evento sanitário e a veiculação de conteúdos educativos e orientativos à sociedade, quanto às práticas preconizadas pela defesa agropecuária.

### **Tempo médio para acionar a ação educativa em eventos sanitários**

- Intervalo médio entre a confirmação de um evento sanitário e a solicitação de apoio da educação sanitária pelas áreas fins de defesa agropecuária.

## **Indicadores Operacionais:**

### **Número de Atores Sensibilizados nas Ações Educativas**

- Número de participantes sensibilizados durante as ações educativas do Proesa, considerando agentes de defesa, produtores rurais, educadores, estudantes e outros públicos estratégicos.

### **Número de Unidades Federativas com Temas Prioritários Abordados**

- Número de Unidades Federativas que desenvolveram ações educativas relacionadas a temas estratégicos de defesa agropecuária previstos na agenda nacional do Proesa.

### **Número de campanhas de comunicação social realizadas**

- Quantidade de campanhas informativas sobre defesa agropecuária e saúde única realizadas em mídias diversas.

### **Número de materiais educativos produzidos e disseminados**

- Total de materiais produzidos (impressos, digitais, audiovisuais) com registro de público-alvo e meio de distribuição.

## **Indicadores de Impacto:**

Ações de educação sanitária devem estabelecer indicadores quantitativos e qualitativos específicos por tema, tais como:

1. Índice vacinal alcançado;
2. Número de registros agropecuários atualizados;
3. Taxa de notificação de doenças ou pragas;
4. Tempo entre a ocorrência da doença ou praga e a notificação;
5. Mobilização social e engajamento comunitário.

## **Nota sobre Indicadores de Impacto:**

Os indicadores de impacto associados às ações de educação sanitária refletem resultados compostos, influenciados por múltiplos fatores, incluindo ações de fiscalização, programas sanitários, políticas públicas e dinâmicas sociais locais.

A educação sanitária contribui para potencializar esses resultados ao promover a conscientização, a mobilização social e a mudança de comportamento. Recomenda-se, sempre que possível, a realização de avaliações comparativas entre situações anteriores às ações educativas (T0) e posteriores às intervenções (T1; T2; T3...), para melhor identificação da contribuição específica da educação sanitária.

Nota: As metas quantitativas e qualitativas associadas a cada indicador estão definidas no Anexo 01 – Metas do Proesa.

## 19. Riscos e medidas mitigatórias

| RISCO   | IMPACTO POTENCIAL                   | MEDIDA MITIGATÓRIA   |
|---|-------------------------------------|--|
| <b>Falta de adesão institucional</b>            | Baixa capilaridade das ações        | Eventos de sensibilização para gestores; memorandos de orientação  |
| <b>Oscilação orçamentária</b>                   | Interrupção de iniciativas          | Reserva técnica no PPA; diversificação de fontes de recursos.  |
| <b>Defasagem tecnológica</b>                    | Sistema de monitoramento inoperante | Contratos de manutenção; planos de contingência em planilhas   |
| <b>Rotatividade de técnicos multiplicadores</b> | Perda de expertise local            | Programa de recertificação anual e treinamentos de atualização.<br>Programa de valorização do profissional         |
| <b>Resistência a novas tecnologias</b>          | Ações pouco participativas          | Caravanas de educação sanitária; planos pilotos regionais; divulgação de casos de sucesso; projetos de integração. |



Caravana da Vassoura de bruxa da mandioca -  
Cametá-PA - 2025  
Foto: Arquivo pessoal

*"A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida".*

John Dewey



Caravana da Merenda Escolar - Passo Fundo/RS - 2025  
Foto: Arquivo pessoal

## 20.CONCLUSÃO

O Proesa consolida-se como instrumento estratégico para a promoção da saúde única, o fortalecimento da defesa agropecuária e o desenvolvimento sustentável do setor produtivo brasileiro.

Sua implementação, estruturada em bases técnicas sólidas, princípios de gestão participativa e estratégias de mobilização social, representa um compromisso do Estado brasileiro com a proteção da saúde humana, animal, vegetal e ambiental, em consonância com os preceitos constitucionais e internacionais.

O sucesso do Proesa depende da articulação contínua entre as instâncias federais, estaduais e municipais, bem como do engajamento de instituições públicas, privadas e da sociedade civil. A integração de esforços e a responsabilidade compartilhada serão fundamentais para garantir a efetividade das ações educativas e a consolidação de uma cultura de prevenção, consciência sanitária e cidadania.

O Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, reafirma seu compromisso com a execução, o monitoramento e o aprimoramento contínuo do Proesa, assegurando sua contribuição efetiva para a promoção da saúde única e para a valorização da agropecuária brasileira.

***“O que o Proesa entrega hoje ecoa no amanhã:  
resultados que formam multiplicadores, redes e  
legados.”***



Brasília, 2023. Fonte: arquivo pessoal

## 21.Referências Bibliográficas

ALVES, F. **Instrutor master. O papel do instrutor no processo de aprendizagem.** DVS Editora, 2018.

ALVES, F. **Design de aprendizagem com uso de Canvas.** DVS Editora, 2016.

BRAIT, B (organizadora). **Bakhtin Conceitos-Chave.** São Paulo: Editora Contexto, 2021.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº. 28, de 15 de maio de 2008.** Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Diário Oficial da União, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, DF, 15 de maio de 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.** Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de março de 2006, Seção 1, p.82.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diálogos para prevenção da peste suína africana.** São Paulo: CES-SFA/SP. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diálogos para boas práticas no uso de produtos veterinários na produção animal.** São Paulo: CES-SFA/SP, 2021a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diálogos para prevenção da Raça 4 Tropical da Fusariose em bananeiras.** São Paulo: CES-SFA/SP, 2021b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diálogos para prevenção da Influenza Aviária.** Brasília: MAPA/SDA/DTEC/SEDUC, 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Diálogos para prevenção da Monilíase.** Brasília: MAPA/SDA/DTEC/SEDUC, 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Relatório do I Encontro de Educação Sanitária: educar para prevenir!** Brasília: SEDUC/DTEC/SDA-MAPA. 2023. Disponível em: <https://repositoriodspace.agricultura.gov.br/handle/1/2283>. Acesso em: 04.02.2026

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.142.

KIRKPATRICK, Donald L. **Techniques for evaluating training programs.** Journal of the American Society of Training Directors, 1959.

## 21.Referências Bibliográficas

MARTINS, Guilherme Bandeira Candido et al. **REALIZAÇÃO DA CARAVANA SANITÁRIA “BEBIDA SEGURA É BEBIDA LEGAL!” NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA..** In: Anais do congresso brasileiro de metodologias ativas no ensino. Anais...Goiânia(GO) Academy, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/1-congresso-brasileiro-de-metodologias-ativas-no-ensino/1127119-REALIZACAO-DA-CARAVANA-SANITARIA-BEBIDA-SEGURA-E-BEBIDA-LEGAL-NA-CIDADE-DE-IMPERATRIZ-MA>. Acesso em: 04/02/2026

SARAIVA, Daniela Tavares; GANDRA, Maria Leonor Martins. **A avaliação da formação e o modelo de Donald L. Kirkpatrick. 2019.** Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/356617759\\_A\\_Avaliacao\\_da\\_Formacao\\_e\\_o\\_Modelo\\_de\\_Donald\\_L\\_Kirkpatrick](https://www.researchgate.net/publication/356617759_A_Avaliacao_da_Formacao_e_o_Modelo_de_Donald_L_Kirkpatrick)>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VAZ, J.A.M.C. & ZUIN, L.F.S. **Os caminhos pedagógicos desenvolvidos pela Rede do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.** 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2023.

VAZ, Juliana do Amaral Moreira Conforti; MARTINS, Guilherme Bandeira Candido; FERNANDES, Andressa Lemos. **As Caravanas como método de atuação do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.** In: Anais do congresso brasileiro de metodologias ativas no ensino. Anais...Goiânia(GO) Academy, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/1-congresso-brasileiro-de-metodologias-ativas-no-ensino/1127141-AS-CARAVANAS-COMO-METODO-DE-ATUACAO-DO-PROGRAMA-NACIONAL-DE-EDUCACAO-SANITARIA-EM-DEFESA-AGROPECUARIA>. Acesso em: 30/01/2026

ZUIN, L.F.S. **Ater Digital Participativa: metodologias pedagógicas e exemplos de aplicação.** Campina Grande: EDUEPB, 2022.

ZUIN, L.F.S. **Comunicação rural.** Campina Grande: EDUEPB, 2021.

## 22. Anexos

### Anexo 1 – Metas dos Indicadores do PROESA

| Indicador   | Meta Anual                            |
|---|---------------------------------------|
| <b>Indicadores de Desempenho</b>  |                                       |
| <b>Percentual de Ações Educativas Qualificadas</b><br>Proporção de ações que combinam metodologias participativas, caráter multi-institucional, diagnóstico educativo e avaliação.                    | ≥ 75 % das ações qualificadas         |
| <b>Cobertura Institucional do Proesa</b><br>% de SFAs e OESAs com as ações registradas no FORMs do Proesa.  | 100 % das SFAs e 100 % das OESAs      |
| <b>Proporção de materiais adaptados à diversidade sociocultural</b><br>Percentual de materiais produzidos que foram customizados para contextos regionais, linguísticos ou socioculturais específicos | ≥ 60% dos materiais produzidos no ano |
| <b>Intensidade de Ações Educativas por UF</b><br>Média trimestral de ações por UF, ajustada pela população ou área rural.   | ≥ 12 ações por trimestre em cada UF   |
| <b>Alcance estimado de ações de comunicação</b><br>Estimativa de público atingido por ações de comunicação social ou de risco, por campanha e canal   | ≥ 10.000 pessoas                      |

## 22.Anexos

### Anexo 1 – Metas dos Indicadores do PROESA

| Indicador  | Meta Anual                               |
|--|--|
| <b>Indicadores Táticos</b>   |  |
| <b>Número de Técnicos Capacitados em Educação Sanitária</b><br>Total de profissionais formados, por categoria.   | ≥ 2 .000 técnicos capacitados anualmente |
| <b>Tempo médio de resposta educativa e comunicacional em eventos sanitários</b><br>Intervalo médio entre a confirmação de um evento sanitário e a veiculação de conteúdo educativo, de orientação e prevenção à sociedade.   | ≤ 96 horas após a confirmação oficial    |
| <b>Tempo médio para acionar a ação educativa em eventos sanitários</b><br>Intervalo médio entre a confirmação de um evento sanitário e a solicitação de apoio da educação sanitária pelas áreas fins de defesa agropecuária. | ≤ 24 horas após a confirmação oficial    |

## 22. Anexos

### Anexo 1 – Metas dos Indicadores do PROESA

| Indicador   | Meta Anual                                  |
|---|---|
| <b>Indicadores Operacionais</b>   |   |
| <b>Número de Atores Sensibilizados nas Ações Educativas</b><br>Participantes diretamente envolvidos nas atividades do Proesa.   | ≥ 20.000 pessoas sensibilizadas anualmente  |
| <b>Número de materiais educativos produzidos e disseminados</b><br>Total de materiais produzidos (impressos, digitais, audiovisuais) com registro de público-alvo e meio de distribuição. | ≥ 30 materiais atualizados ou novos por ano |
| <b>Número de campanhas de comunicação social realizadas</b><br>Quantidade de campanhas informativas sobre defesa agropecuária e saúde única realizadas em mídias diversas.                | ≥ 6 campanhas por UF/ano                    |
| Número de UFs com Temas Prioritários Abordados<br>UFs que trataram ≥ 3 temas estratégicos definidos pelo Programa.  | ≥ 80 % das Unidades Federativas             |

**Nota 1:** todas as metas deverão ser revisadas anualmente, conforme os resultados consolidados pelo sistema de monitoramento e avaliação do Proesa.

**Nota 2:** os indicadores serão definidos a cada exercício em função dos temas priorizados para o trabalho anual e em alinhamento com a área técnica responsável pela condução das ações. O T0 corresponde ao valor mais atual disponível nos indicadores técnicos da ação, anterior ao início das atividades de educação sanitária.

## 22.Anexos

### **Anexo 2 – MANUAIS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA - Acesse os links!**

- 1 - [Manual das Caravanas de Educação Sanitária - “Caravanas do Proesa”](#)
- 2 - [Manual de Planejamento de Projetos Educativos](#)
- 3 - [Manual de Diagnóstico Sócio-Educativo e os modelos de questionários](#)

## 22. Anexos

### Anexo 3 – Base Curricular mínima para capacitação básica em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

#### Curso Básico: Os Fundamentos da Educação Sanitária Aplicados à Defesa Agropecuária

1. O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária - PROESA.
2. Importância da Participação Multidisciplinar e Multi-institucional na Educação Sanitária.
3. Conceito, as fases de um processo educativo e a importância da educação sanitária para a defesa agropecuária
4. O conceito de andragogia e seus princípios
5. Processos psicológicos de aprendizagem
6. Estilos de aprendizagem
7. O perfil do Técnico Educador como facilitador e as habilidades necessárias às Práticas Educativas na Área Agropecuária.
8. A importância da educomunicação, comunicação social e de risco para a educação sanitária em defesa agropecuária
  - 8.1. Comunicação individual
  - 8.2. Comunicação grupal
  - 8.3. Comunicação em massa
9. A importância do diagnóstico para o projeto de educação sanitária
10. Como construir um projeto educativo baseado no diagnóstico
12. Como construir uma sessão de aprendizagem
  - 12.1. A importância de se definir os objetivos de aprendizagem para a construção de uma sessão de aprendizagem

## **Anexo 3 – Base Curricular mínima para capacitação básica em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária**

### **Curso Básico: Os Fundamentos da Educação Sanitária Aplicados à Defesa Agropecuária**

#### **Continuação:**

13. Considerações sobre Metodologias e Recursos de Ensino-Aprendizagem

13.1. As Metodologias ativas de Ensino-Aprendizagem

13.2. Exemplos de metodologias ativas

14. Estratégias de avaliação

14.1. As 4 fases de avaliação de acordo com o modelo de Donald Kirkpatrick

14.2. Ferramentas digitais que podem ser utilizadas no processo de avaliação

#### **OBJETIVOS GERAIS DE APRENDIZAGEM:**

- Compreender as diretrizes e estratégias do Proesa;
- Identificar o perfil e as habilidades necessárias para atuação do Técnico-Educador como facilitador;
- Aplicar as metodologias ativas nas sessões de aprendizagem;
- Utilizar os princípios da andragogia na sessão de aprendizagem;
- Reconhecer a importância do diagnóstico para o desenvolvimento de um projeto educativo;
- Adquirir noções básicas para elaboração de projetos educativos;
- Compreender a importância da análise, avaliação e retroalimentação do processo educativo.

## Anexo 4 – Modelo de Portaria para instituir Comitê de Educação Sanitária

PORTARIA Nº \_\_, DE \_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2026

Institui, no âmbito da Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado de \_\_\_\_\_, o Comitê Consultivo de Educação Sanitária – CCES/UF/MAPA, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DE \_\_\_\_\_, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária, e considerando o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e na Instrução Normativa nº 28, de 15 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado de \_\_\_\_\_, o Comitê Consultivo de Educação Sanitária – CCES/UF/MAPA, mecanismo permanente de participação destinado a oferecer subsídios para o planejamento, a monitoria e a avaliação das ações de educação sanitária em defesa agropecuária no Estado, em consonância com o Programa Nacional de Educação Sanitária – Proesa.

Art. 2º O CCES/UF/MAPA terá natureza exclusivamente consultiva, cabendo-lhe formular recomendações, análises, sugestões e subsídios técnicos para o fortalecimento das ações educativas previstas no Proesa, sem caráter deliberativo, executivo ou vinculante.

Art. 3º O CCES/UF/MAPA será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I – Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado de \_\_\_\_\_ – SFA/UF;

II – Superintendência Estadual de Defesa Agropecuária;

III – (... demais instituições a serem indicadas pela SFA/UF conforme a realidade local).

§1º Cada instituição indicará um representante titular e um suplente.

§2º Os membros, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes das instituições representadas e designados por ato do Superintendente de Agricultura e Pecuária no Estado de \_\_\_\_\_.

§3º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público, sem remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas.

Art. 4º Aos membros do CCES/UF/MAPA incumbe:

I – participar das reuniões, contribuindo com sugestões, análises e subsídios técnicos;

II – relatar documentos, programas, projetos ou atividades relacionadas à educação sanitária;

III – integrar grupos de trabalho para os quais forem designados;

IV – cumprir e fazer cumprir esta Portaria, o Regimento Interno e as recomendações formuladas pelo Comitê;

V – representar o Comitê quando formalmente designados.

## **Anexo 4 – Modelo de Portaria para instituir Comitê de Educação Sanitária**

Art. 5º O Comitê será coordenado por representante da SFA/UF, designado pelo Superintendente.

Art. 6º O CCES/UF/MAPA poderá constituir grupos de trabalho de caráter consultivo, com participação de seus membros e convidados, destinados à elaboração de estudos, análises, subsídios técnicos, propostas ou materiais que apoiem o planejamento, a monitoria e a avaliação das ações de educação sanitária no Estado.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho terão caráter temporário e finalidade específica, devendo apresentar à coordenação do Comitê relatório ou produto correspondente ao objeto para o qual foram designados.

Art. 7º O CCES/UF/MAPA reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada quadrimestre e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou mediante solicitação de seus membros.

§1º O quórum para realização da reunião será de maioria simples dos membros indicados.

§2º As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial ou virtual.

§3º O Comitê poderá convidar profissionais de órgãos públicos e privados, incluindo representações de produtores, consumidores, instituições de ensino, pesquisa e extensão, e especialistas de notório conhecimento, para participarem das reuniões em caráter eventual, consultivo e gratuito.

Art. 8º As reuniões do Comitê resultarão em relatórios, recomendações ou notas técnicas, que serão encaminhadas à SFA/UF para conhecimento, registro e eventual incorporação ao planejamento das ações educativas.

Art. 9º O Regimento Interno do CCES/UF/MAPA será elaborado e aprovado pelo próprio Comitê no prazo de até 1 (um) ano contado da publicação desta Portaria, devendo detalhar seu funcionamento, organização interna e procedimentos de trabalho.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA**

